

RESIDENCIAL SERRA VERDE: POLÍTICA HABITACIONAL DE BELO HORIZONTE NA CONCEPÇÃO DA TEORIA DO PLANEJAMENTO

Marcelo Silva Borges de Andrade¹
Bernardo Silame Ibrahim de Castro²

RESUMO: O Residencial Serra Verde é um empreendimento de habitação popular em construção que atenderá a demanda por moradia de 77 famílias de baixa renda que fazem parte do Programa de Autogestão da Secretaria Municipal de Habitação da Prefeitura de Belo Horizonte. É centrado na autogestão, nos princípios de participação comunitária e sustentabilidade sócio-econômica e ambiental. Um dos objetivos é tentar entender, a partir da teoria do *Aprendizado Social*, como se dá o processo autogestionário durante a obra e outras dinâmicas deste processo.

PALAVRAS CHAVE: RSV, autogestão, *Aprendizado Social*

SEÇÃO TEMÁTICA: D5

¹ Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFMG e estagiário do projeto RSV.

² Graduando do curso de Ciências Econômicas da UFMG e estagiário do projeto RSV.

SUMÁRIO

1.Introdução.....	03
2. <i>Aprendizado Social</i> : a união entre o conhecimento e a ação.....	04
3. A política habitacional de Belo Horizonte: o programa de Autogestão.....	05
4. O Projeto Residencial Serra Verde	
4.1. A localização do projeto.....	07
4.2. O financiamento do projeto.....	08
4.3. As famílias.....	09
4.4. Dinâmica da Autogestão no RSV.....	12
5. Conclusão.....	15

1. Introdução

O presente trabalho é fruto de uma avaliação do Projeto Residencial Serra Verde - RSV - Modelo de Autogestão Habitacional de Interesse Social, um estudo multidisciplinar que se encontra em andamento e que tem como objetivo elaborar um modelo, em escala piloto, para viabilizar a construção de moradias de interesse social pelo regime de autogestão, incorporando princípios da economia solidária, da participação comunitária, da inclusão digital e da sustentabilidade sócio-econômica e ambiental. O projeto resultará na construção de 77 moradias para famílias de baixa renda vinculadas à Associação dos Sem Casa do Bairro Betânia e Regiões de BH, ASCA-BH, com financiamento do Fundo de Desenvolvimento Social, via Crédito Solidário, em terreno da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – PBH. O projeto se constitui numa parceria entre UFMG (através dos departamentos DESA da Escola de Engenharia, PRJ da Escola de Arquitetura e Cedeplar da Faculdade de Ciências Econômicas), PUCMINAS, PBH/SH, ASCA-BH, Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades, gestor e provedor do Programa Crédito Solidário, e Secretaria de Habitação de Belo Horizonte.

Como o projeto envolve a participação de diversos parceiros, decidiu-se por estruturá-lo em Unidades de Operação temáticas - UO, cada qual com uma sub-coordenação e articuladas horizontalmente por uma Coordenação Geral - CG. Essa estrutura tem o encargo de executar, com o apoio financeiro da FINEP e suporte administrativo da Fundep, as diversas atividades que resultarão nos objetivos específicos propostos e na construção do empreendimento piloto RSV.

O Programa de Autogestão Habitacional de Belo Horizonte se diferencia por incentivar a maior participação dos beneficiários no processo de construção da obra que, com o apoio técnico de profissionais de diversas áreas, contribui para maior formação pessoal e profissional dos envolvidos, configurando uma parceria no processo de execução dos projetos, em que as famílias beneficiadas pelo Programa participam de forma ativa no planejamento do empreendimento.

Dessa forma, o Programa adotado na cidade pode ser caracterizado como uma prática do *'aprendizado social'*³, uma das tradições dentro da linha do Planejamento, abordados por John Friedmann no livro "Planning in the public domain: from knowledge to action" de 1987, em que conhecimento técnico e o saber popular dialogam na tentativa de atingir o melhor resultado da política pública.

O objetivo deste trabalho é apresentar a Política Municipal de habitação de Belo Horizonte, dando enfoque para o Programa de Autogestão e as características socioeconômicas do público alvo da política, tendo o projeto RSV como um resultado em curso do Programa. O trabalho divide-se em três partes além desta introdução. A primeira apresenta de forma sucinta as principais características do planejamento baseado no *aprendizado social*. Segue-se com a apresentação da política habitacional de Belo Horizonte como um exemplo desse modelo de planejamento e; por fim, uma abordagem de como se dá esse processo na prática, tendo como estudo a experiência no Residencial Serra Verde.

³ Tradução do termo Social Learning.

2. *Aprendizado Social*⁴: a união entre o conhecimento e a ação

O *Aprendizado Social* como modelo de planejamento, de acordo com Friedmann (1987), teve como principal influência o filósofo norte americano John Dewey, que acreditava que o aprendizado só poderia ser construído através da interação entre o conhecimento teórico e a experiência prática, não havendo divisão entre as duas coisas durante o processo.

In its primary integrity, experience recognizes no division between act and material, subject and object, but contains both in a unanalyzed totality (Dewey 1958, 8; orig.1929. Em Friedmann 1987)

A implicação desse pensamento para o Planejamento foi a de construir uma teoria que conecte o conhecimento à ação, tendo como resultado final o aprendizado. O objetivo dessa prática seria a possibilidade das pessoas serem sujeitos da ação de mudança de sua realidade, no sentido de se desenvolverem como pessoas e cidadãos atuantes.

De acordo com Friedmann(1987), a ação é quando o ator assume o rumo de sua vida, não na ação cotidiana, mas em uma ação que tem um sentido de mudança histórica. O sujeito da ação, o ator, podem ser pessoas, pequenos grupos, organizações humanas ou movimentos sociais, em que ator e aprendiz são coincidentes no processo de aprendizado.

Friedmann (1987) diz que o aprendizado se manifesta numa mudança da atividade prática. Em primeiro lugar, é preciso uma mudança direta da prática social, em que sistematizações e articulações em linguagem formal e discurso científico devem ser evitados. Em segundo lugar, o *aprendizado social* deve envolver uma mudança nos agentes que guiam o ator no processo de ação sobre a realidade. Esses agentes devem trazer certos conhecimentos técnicos para incentivar as práticas sociais dos seus ‘grupos clientes’. Para ser efetivo, os agentes da mudança devem desenvolver uma prática de ‘negociação’ com seus clientes, conduzindo para um aprendizado mútuo, na troca de conhecimentos técnico e saber popular, transformando em uma estratégia de ação para resolver o desafio em questão, desenvolvendo uma nova concepção de realidade, valor e crenças dos atores.

It requires a major cognitive restructuring that will have far-reaching practical consequences for self-image, human relations, formal authority, and ultimate distribution of the costs and benefits of action. (Friedmann, 1987. p.186)

Todo aprendizado, porém, precisa de uma teoria para processar a informação gerada no curso da ação. Friedmann (1987), no que ele chama de história prática, define dois tipos de teoria: a teoria da realidade e a teoria da prática. A primeira divide-se em (i) uma teoria da história, que é como o ator está acostumado a ver o mundo; e (ii) a teoria da situação, a forma como o ator entende a situação específica em que ele está envolvido. A teoria da prática remete ao comportamento do ator em lidar com determinadas regras (burocráticas,

⁴ O Social Learning, ou *Aprendizado Social*, é um modelo de planejamento que teve origem a partir de dois outros modelos: o Social Reform, Reforma Social, que dá ênfase à importância do conhecimento técnico-científico para planejamento e formulação de políticas públicas e; o Social Mobilization, ou Mobilização Social, que enfoca a importância dos movimentos populares para concepção das políticas públicas, visto que esses movimentos representam o público alvo dessas políticas.

políticas, comerciais, etc), e são trabalhadas de acordo com a expectativa de se ter um comportamento adequado diante dessas regras.

No *aprendizado social*, então, é imprescindível que a teoria da realidade e a teoria da prática seja uma influenciada pela outra. A teoria que envolve o AS remete também ao aprendizado prévio do ator, construído da sua experiência de vida, classe social de origem, experiências de trabalho e educação formal. Essa experiência adquirida ao longo da vida do ator carrega consigo uma série de pré-conceitos e valores que não são facilmente mudados. Para haver um rompimento com esses valores já construídos pela experiência prévia, é necessário um enorme esforço no sentido de reeducar essas pessoas, o que envolve não só uma mudança no campo das idéias, mas também na forma de se comportar diante das situações impostas. (Friedmann, 1987).

3. A política habitacional de Belo Horizonte: o programa de Autogestão

A Política Municipal de Habitação de Belo Horizonte faz parte das políticas públicas do município que tem como objetivo melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda. O modelo do programa de habitação de Belo Horizonte se destaca por ter diretrizes e instrumentos criados junto com a participação popular. Os recursos próprios da Prefeitura e outros captados em programas de financiamento do Governo Federal têm garantido a execução dos projetos de habitação. (PBH)

Dentro desta política habitacional, está inserido o Orçamento Participativo de Habitação, que surgiu em 1996, fruto da reivindicação do movimento popular por moradias de melhor qualidade. A participação de associações populares foi decisiva neste contexto, e inclusive, se faz necessária também, para que os financiamentos habitacionais sejam melhor distribuídos entre as populações de diversos pontos no território municipal, visto que as famílias atendidas pelo programa, normalmente, são representadas por associações de moradores sem casa, cadastrados na Prefeitura, situados em diversas regiões da cidade.

A construção das habitações conquistadas se faz por duas formas de gestão: a Gestão Pública e a Autogestão.

Na Gestão Pública, todas as fases de implementação do empreendimento é administrado pelo Poder Público seguindo a legislação pertinente. Na Autogestão, é firmado um convênio com uma Associação Habitacional por meio do qual a Prefeitura de Belo Horizonte se compromete a liberar os recursos necessários para a realização do empreendimento e fiscalizar a realização do mesmo e a Associação Habitacional se compromete a executar e administrar o empreendimento com auxílio de uma Assessoria Técnica por ela contratada e que responda aos critérios estabelecidos pela PBH. (PBH).

O Programa de Autogestão é uma modalidade de construção no âmbito do Orçamento Participativo de Habitação. Os empreendimentos autogestionários têm como objetivo fornecer moradias dignas às famílias de baixa renda juntamente com uma formação pessoal e profissional dos envolvidos. É característico desses empreendimentos uma participação direta das famílias envolvidas na obra, o uso de mão-de-obra mutirante, ou seja, uma mobilização coletiva não remunerada em prol da comunidade que trabalham

durante os finais de semana, orientado pela assessoria técnica, para complementar o trabalho que é feito durante a semana. A mão-de-obra mutirante se envolve nos empreendimentos em regime de sobretrabalho, uma vez que trabalham no período que lhes é destinado ao lazer e descanso. Estas participações também podem e devem ser feitas contratando as pessoas como trabalhadores remunerados durante a semana.

Muitas vezes se torna confusa a distinção entre mutirão e autogestão. De acordo com Lopes e Rizek (2007), há sem dúvida, uma pluralidade de significados sobrepostos, que acontece tanto na abordagem dos gestores públicos, quanto dos movimentos, assim como no meio acadêmico. Entretanto, cada significado, mesmo tendo suas distinções, são conduzidos muitas vezes a uma confusa e muitas vezes submissão de um termo a outro.

A autogestão aparece como uma visão alternativa aos modos de organização orientadas pelo mercado, o que leva a um resgate dos valores equitativos, solidários e democráticos, representando uma possibilidade concreta de emancipação social dos excluídos. Segundo Misoczky *et. al.* (2004), a autogestão consiste na gestão dos meios de produção e organização social onde todas as entidades de base (indivíduos, grupos, movimentos populares) têm direitos e participação iguais, pautando-se nos princípios da liberdade e igualdade. De acordo com Allain e Bourdet (1976), a autogestão parte do princípio da igualdade das pessoas, não podendo alienar ou submeter homem algum, devendo-se repousar no princípio da igualdade absoluta de todos os membros que a compõe e, mais ainda, sobre a liberdade inteira de cada um.

Nota-se que os custos totais de construção do mutirão são aproximadamente 30% inferiores aos do processo convencional. Temos que a grande diferença observada entre o custo incidente do processo convencional e o custo incidente do mutirão explica-se não somente pelos menores custos de mão-de-obra mutirante, mas também pela economia em gastos indiretos como encargos financeiros, bonificação, alimentação, transporte, despesa com escritório, etc, além da compra criteriosa dos materiais de construção que além de reduzirem os custos da obra, garantem edificações de qualidade. (Abiko e Coelho, 2007).

No Programa de Autogestão de Belo Horizonte o recurso para a construção da obra é repassado às Associações. O Programa é acompanhado por uma comissão da autogestão e por uma coordenação executiva da Secretaria Municipal de Habitação. Profissionais das diversas áreas de trabalho são integrados na fiscalização e acompanhamento do empreendimento.

Para que uma família seja atendida pelos Programas Habitacionais significa passar uma série de procedimentos, que começa na participação do movimento popular. As famílias organizam-se em torno de associações, normalmente aquelas próximas do local onde moram. Estar vinculado a uma dessas associações é de fundamental importância para as famílias que almejam ser atendidas pelo programa de habitação da Prefeitura, visto que essa é uma condição mínima para que essas associações pró-moradia indiquem as famílias à prefeitura de Belo Horizonte. Outros critérios seletivos como tempo de participação no movimento, presença em eventos da associação, número de filhos na família, entre outros, também determinam a indicação da família para o programa.

O Programa de Autogestão da PBH, atualmente, é responsável direto e indiretamente pela conclusão do Conjunto Urucuia (202 unidades), o Conjunto Deuslene (8 unidades), Fernão Dias (144 unidades), Serrano (192 unidades), Vilarégia (57 unidades), Residencial das Flores (280 unidades) e Jardim Leblon (192 unidades). (PBH)

4. O Projeto Residencial Serra Verde

4.1 A localização do projeto

A região onde está inserido o Projeto Residencial Serra Verde (RSV), Bairro Serra Verde, distrito de Venda Nova, em Belo Horizonte, é caracterizado pelo baixo dinamismo econômico quando comparado com demais regiões do município, o que, conseqüentemente, também é marcado por um alto nível de desemprego, além de pouca articulação político-popular. Apesar disso, comparado com a região de entorno, possui uma das maiores médias salariais⁵. De acordo com Sousa (2006):

Com base nas análises dos dados, conclui-se que a região em questão é marcada por uma população local pobre, de pouco conhecimento, de frágil organização sócio-política e muito carente de apoio social e mobilização política para seu próprio desenvolvimento e tem-se um novo padrão de produção do espaço urbano e regional, consoante com alguns princípios da contemporaneidade. Apesar de Belo Horizonte concentrar 77% do PIB do setor terciário de toda a RMBH, pouco dessa dinâmica está presente na porção mais ao norte de BH. À cargo da região de estudo fica o papel de bairros dormitório, onde a concentração residencial é grande e, majoritariamente, composta por conjuntos habitacionais. Constitui-se, de tal maneira, a referida precariedade no quadro sócio-econômico local.

O Bairro Serra Verde é predominantemente residencial e todo urbanizado (rede de esgoto, rede elétrica, ruas pavimentadas, coleta regular de lixo e linhas de ônibus), sendo o comércio local pouco diversificado. Os equipamentos públicos presentes são duas escolas, uma municipal e outra estadual atendendo primeiro e segundo grau do ensino básico; um posto de saúde; e o Centro de Vivência Agroecológica – CEVAE, que tem o objetivo viabilidade da melhoria da qualidade de vida socioambiental de assentamentos urbanos de periferia com a participação popular.

Em relação ao entorno imediato, vale chamar atenção para o Conjunto União, ‘vizinho de porta’ do projeto RSV. Esse conjunto é resultado de um acordo entre o Estado de Minas Gerais, Prefeitura de Belo Horizonte e Caixa Econômica Federal para assentamento de 65 famílias que estavam morando de forma precária em outra região da cidade, por volta de doze anos atrás. A população do Conjunto União destaca-se por ser predominantemente jovem, com baixa renda e escolaridade. Apesar de ter ocorrido acompanhamento dessas famílias por parte da Prefeitura, percebe-se que o perfil socioeconômico da população foi um complicador para a organização das famílias após o assentamento. Atualmente, o conjunto se encontra completamente diferente da forma que foi entregue aos moradores, que em sua grande maioria continuam os mesmos. Percebe-se que as famílias completaram as moradias invadindo o espaço público (rua) e espaços coletivos dentro do próprio conjunto. Pode-se dizer que houve um processo de favelização.

⁵ Informações sobre as características econômicas do Bairro Serra Verde foram retiradas da monografia de graduação “Habitação em economia solidária: uma discussão sobre sustentabilidade em autogestão” do bacharel do curso de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas Julio Carepa de Souza, que também atua no Projeto RSV.

Porém, a região vem passando por várias ações de planejamento e intervenção pública com a construção da Linha Verde, a transferência dos vôos do aeroporto da Pampulha para o aeroporto de Confins e, principalmente, a futura transferência do CAMG (Centro Administrativo de Minas Gerais) para a região. Nota-se, à primeira vista, uma imensa valorização imobiliária tanto nos bairros mais próximos quanto nos municípios vizinhos. Entretanto, a *posteriori*, não há como saber ao certo qual será o real impacto da nova dinâmica sócio-econômica sobre os agentes envolvidos nesse processo de transformação do espaço urbano na região metropolitana de Belo Horizonte.

4.2 O financiamento do projeto

O Projeto RSV está entre os projetos do programa de Autogestão da Prefeitura de Belo Horizonte que são financiados por recursos do Governo Federal via Crédito Solidário. O programa Crédito Solidário foi criado para atender um dos objetivos do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS)⁶ – vinculado ao Ministério das Cidades – que é reduzir o déficit habitacional nas cidades brasileiras, assim como melhorar a qualidade de moradias populares e estimular o cooperativismo habitacional.

Os recursos do FDS não financiam projetos de entes públicos, logo, o recurso do Programa Crédito Solidário é repassado diretamente às famílias, que necessariamente devem estar organizadas em torno de um agente organizador (Associações, Cooperativas e Entidades da Sociedade Civil)⁷. Além dessa condição, para se caracterizar como beneficiário potencial do financiamento, as famílias atendidas devem ter um rendimento bruto mínimo de R\$ 1.050,00 (hum mil e cinqüenta reais) ou superior a isso, tendo como limite a renda de R\$ 1.750,00 (hum mil e setecentos e cinqüenta reais).

O financiamento ocorre a partir da proposta aprovada pela Caixa Econômica Federal. Depois da aprovação do empreendimento pela CAIXA, serão providenciadas as pesquisas cadastrais, as análises de capacidade de pagamento e as entrevistas com os beneficiários apresentados pelo Agente Organizador, de acordo com a documentação pessoal e de renda.

Assim, o processo conta com três participantes, denominados por agentes, são eles: o agente organizador, Associações, Cooperativas e Entidades da Sociedade Civil, responsável basicamente por organizar a participação de todos os envolvidos durante a execução do empreendimento a fim de assegurar a sincronia da implementação do projeto; o Ministério da Cidade na qualidade de Gestor do programa e; Caixa Econômica Federal como o agente operador e financeiro. Além da Prefeitura de Belo Horizonte que participa com concessão do terreno, um pequeno percentual do valor do financiamento (5%) e com uma equipe de acompanhamento e fiscalização da obra.

Como agente operador e financeiro, a Caixa tem como atribuição zelar pelo contrato assinado pelas famílias. Chama-se atenção para este aspecto por que se acredita que o

⁶ O FDS também financia projetos voltados para saneamento básico, infra-estrutura e equipamentos comunitários.

⁷ O Crédito Solidário é considerado uma conquista pelo movimento popular pró-moradia

formato do financiamento é um complicador para a dinâmica autogestionária. Vale ressaltar algumas características contratuais que prejudicam o andamento da obra.

Em primeiro lugar, o valor da obra que foi definido no ano de 2006 não prevê nenhum reajuste monetário ao longo do tempo, nem mesmo o mínimo para proteger da inflação, ou seja, é um valor fixo. Em segundo lugar, a liberação do financiamento acontece por etapas da seguinte maneira: parcelas subsequentes do financiamento só são liberadas quando o percentual de obra executado previsto no cronograma para a etapa anterior for cumprido.

Essa forma de operar o financiamento se torna um complicador quando o mercado de construção civil está aquecido, como no caso de Belo Horizonte, e o preço dos insumos está muito mais alto do que no período em que foram previstos no planejamento de custo da obra e quando foi definido o montante total para o financiamento. A consequência que isso implica é o não cumprimento das etapas previstas no cronograma físico-financeiro da obra e a não liberação da parcela seguinte. Para manter o andamento da obra, a prática utilizada é o endividamento com fornecedores. Porém essa prática tem um limite claro e de curto prazo. A partir do momento que os fornecedores não receberem pela dívida feita anteriormente, cessa-se o crédito.

4.3 As famílias

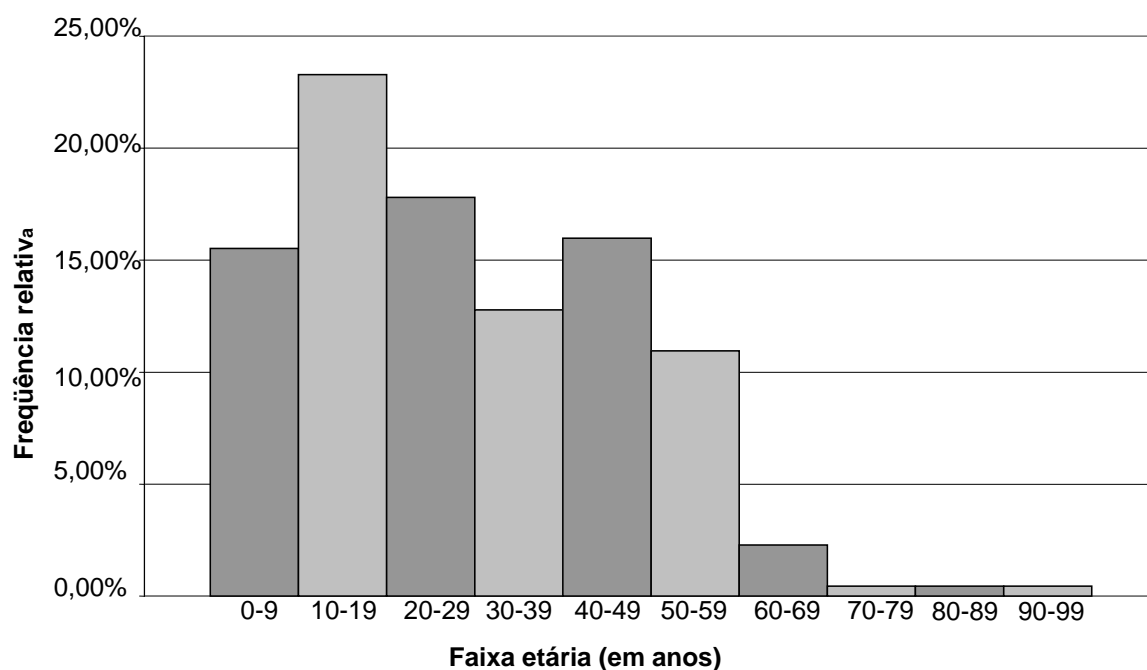
Na tentativa de obter uma melhor compreensão do público atendido, foram aplicados questionários sócio-econômicos às famílias incluídas no projeto habitacional Residencial Serra Verde, visando um levantamento das atuais condições de vida das mesmas, abrangendo a composição familiar, condições atuais de trabalho, moradia, bens duráveis que possuem, acesso ao mercado financeiro e de crédito, habilidades e escolaridade dos membros da família.

Devido tanto à desistência de algumas famílias de aceitarem o benefício do programa quanto a não disponibilidade de outras só foi possível a aplicação de 61 questionários referentes às 77 famílias, abrangendo um total de 205 pessoas. Mesmo assim, assumimos que 61 famílias mostram ser uma amostra significativa para analisarmos o grupo como um todo. Vamos destacar algumas características da população que se mostram mais importante para o trabalho.

Em relação ao sexo dos futuros moradores, observamos que 48% da população é composta por homens e 52% por mulheres. Temos que a razão de sexo na população é de 1,08. De acordo com Carvalho (1994), “este índice é sempre muito estável dentro da mesma população, e normalmente varia entre 1,02 e 1,06. No Brasil, está em torno de 1,05”. Assim, vemos que este valor é bem próximo dos níveis estáveis da distribuição de sexos, mostrando que há uma distribuição semelhante de homens/mulheres quando comparamos a população em questão com as populações em geral.

Para analisar as idades dos indivíduos da população dividimos estas em faixas etárias de 10 anos. O gráfico abaixo mostra como se dá a essa distribuição etária da população.

Gráfico 1: Distribuição Etária



Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários sócio-econômicos.

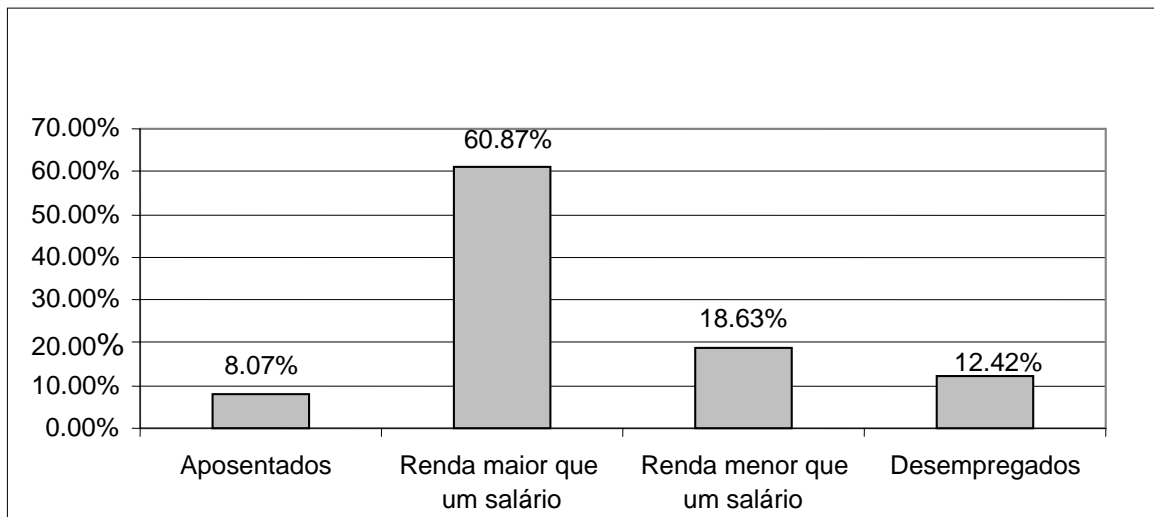
A partir dos dados, vemos que há uma dominância de uma população mais jovem, sendo que 38,18% da população tem de 0-19 anos, ou seja, 38,18% do total da população é composta por crianças e adolescentes e a população situada entre 20 e 59 anos representam 57,51% do total. A população de 60-99 anos representa 3,63% da população total.

Analizando os dados relativos a trabalho, a partir da população parcial de 161 trabalhadores⁸, 60,19 % possuem carteira assinada. Temos que 13 (8,07%) deles são aposentados, 98 (60,87%) possuem renda maior que um salário mínimo⁹, 30 (18,63%) possuem renda menor que um salário mínimo e 20 (12,42%) são desempregados.

⁸ Inclui-se além dos trabalhadores, aposentados e desempregados.

⁹ O salário mínimo à época da pesquisa era de R\$ 300,00.

Gráfico 2 : Emprego

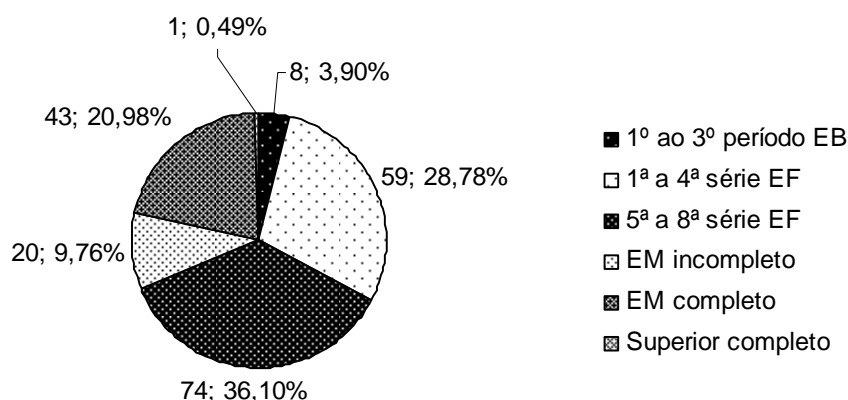


Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários sócio-econômicos.

Nos chama atenção o fato de haver uma maior concentração de pessoas que recebem mais de um salário mínimo representando mais da metade dos trabalhadores. Entretanto, não podemos afirmar que este fato garante a eles altos níveis de renda.

Sobre as informações referentes à escola, temos que da população parcial de 205 pessoas, 82 (40%) freqüentam a escola e 123 (60%) não freqüentam. Analisando os dados de escolaridade, temos que 8 pessoas (4%) completaram do 1º ao 3º período da Educação Infantil; 59 (29%) completaram da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental; 74 (36%) completaram da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental; 20 (10%) tem Ensino Médio incompleto; 43 (21%) tem Ensino Médio completo; e 1 indivíduo (0,5%) possui Ensino Superior completo.

Gráfico 3: Escolaridade



Fonte: Elaboração própria a partir dos questionários sócio-econômicos.

Sabe-se da importância da educação na determinação dos níveis de renda, havendo na maioria dos casos uma relação direta entre a primeira e a segunda variável, ou seja, quanto maiores os níveis educacionais de um indivíduo maiores são as chances deste ter maiores níveis de renda. Assim, podemos ver que os baixos níveis de renda podem ser explicados em parte pela baixa escolaridade da população.

A sustentabilidade do desenvolvimento socioeconômico está diretamente associada à velocidade e à continuidade do processo de expansão educacional. Essa relação direta se estabelece a partir de duas vias de transmissão distintas. Por um lado, a expansão educacional aumenta a produtividade do trabalho, contribuindo para o crescimento econômico, o aumento de salários e a diminuição da pobreza. Por outro, a expansão educacional promove maior igualdade e mobilidade social, na medida em que a condição de “ativo não-transferível” faz da educação um ativo de distribuição mais fácil do que a maioria dos ativos físicos. (Barros, Henriques, Mendonça, 2002)

4.4 A dinâmica da Autogestão no RSV

O ideal da autogestão seria que cada proprietário do empreendimento pudesse participar de cada decisão, em forma de assembléia, votando na proposta que lhe parecesse ser melhor solução para si e todo o coletivo.

O modelo de autogestão deve ser entendido como aquele capaz de promover a igualdade de poder decisório (um membro = um voto) que reitera a associação de iguais e fundamenta-se na propriedade coletiva que é garantido através do

estabelecimento prévio em assembléia geral das regras (...). Portanto, este sistema garantiria a cooperação e solidariedade dos grupos. (Rosefield, 2004).

No RSV, por se tratar de um empreendimento habitacional, decisões de obra que têm que ser tomadas a todo momneto¹⁰, e mais o fato que os proprietários são os futuros moradores que em sua maioria trabalha durante o dia em outras partes da cidade, é impossível que todos participem de todas as tomadas de decisão.

O mutirão, em que há o encontro das famílias para trabalharem na obra, torna-se o espaço mais democrático desse processo. Por isso, muitas questões são levantadas durante esse encontro para serem discutidas e votadas entre os mutirantes, que no caso do RSV acontece nos domingos quinzenalmente. A prestação de contas, que ocorre mensalmente, é o principal espaço em que a ‘assembléia’ de moradores se manifesta. Por se tratar de como o dinheiro está sendo gasto, muitas dúvidas surgem e o debate acontece.

A prestação de contas torna-se um momento muito importante no contexto da autogestão do RSV por dois motivos: primeiro pelo efeito ‘assembléia’ que surge em torno dela; e segundo por causa do modelo de financiamento explicitado na seção 4.2, em que o uso do dinheiro deve ter prioridades para o melhor andamento da obra, visto que não é suficiente, e as famílias, como donos do empreendimento, devem estar a par da situação para manifestarem opiniões neste sentido. Uma decisão tomada pelos moradores durante uma assembléia, por exemplo, foi priorizar o pagamento de funcionários da obra.

Para decisões mais corriqueiras de canteiro de obra, a assessoria técnica do Projeto Residencial Serra Verde propôs que se formassem comissões para representar o grupo em algumas situações. As pessoas apresentaram-se voluntariamente para fazer parte das comissões. Assim foram formadas quatro comissões, envolvendo onze pessoas:

- Apontadoria: tem como objetivo fazer o controle de faltas das famílias no mutirão. Uma forma de estimular a presença no mutirão é pontuar as presenças das famílias, para que no futuro esse seja um critério para a escolha do apartamento.
- Comissão de Finanças: são responsáveis em acompanhar os gastos da obra e fazer a prestação de contas para demais pessoas.
- Comissão de obra: são futuros moradores que foram empregados como funcionários da obra, portanto têm condições de acompanhar o cotidiano da obra e se posicionarem diante dos problemas que surgem. As reuniões com essa comissão ocorrem todas quintas-feiras, sendo que quinzenalmente conta com a presença de um representante da Prefeitura.
- Almoxarifado: responsável pelo controle de saída e entrada de materiais em dia de mutirão.

Para tentar captar a compreensão das pessoas sobre o processo autogestionário que elas estão vivenciando foram elaborados e aplicados dois questionários de percepção de trabalho em grupo em datas distintas. O primeiro questionário foi aplicado no dia 31 de setembro de 2007 a grupos de pessoas que, nesse dia, estavam executando a mesma função

¹⁰ Um exemplo de decisão tomada em obra que pode gerar controvérsias após decidido e executado é a compra de matérias mais caros e melhoras em contra partida de um mais barato.

no canteiro de obra, no sentido de avaliar a percepção das pessoas em relação ao mutirão. Além desse objetivo principal, teve a intenção de observar o comportamento das pessoas enquanto grupo, participação, grau de interesse e o nível de informação das pessoas da situação em que se encontrava o empreendimento.

Antes de entrar nos resultados do questionário, chama-se atenção para a média de famílias presentes nos dias de mutirão, que são entorno de 43, sendo que 14 nunca compareceram aos mutirões, o que ilustra de certa forma, baixo grau de comprometimento das pessoas com o grupo.

Do primeiro questionário, destaca-se os seguintes resultados:

- Durante a aplicação do questionário, percebeu-se que parte das pessoas se afastaram do grupo que estava reunido para responder o questionário e algumas não manifestaram sua opinião mesmo quando indagadas, e outras só responderam quando a pergunta foi lhes dirigida especificamente, muitas vezes não demonstrando interesse e atenção às perguntas. Entretanto outras (minoria) responderam espontaneamente e se demonstraram bastante interessadas.
- A pergunta feita sobre o grau de dificuldade das atividades realizadas no mutirão, as respostas mais comuns foram referentes ao esforço físico para a realização de determinados trabalhos. O “sol forte” também foi apontado como um complicador.
- O planejamento das atividades é feito pela assessoria técnica e distribuída para as pessoas no dia do mutirão. Algumas pessoas manifestaram interesse em participar desses planejamentos.
- Por volta de 60% das pessoas entrevistadas disseram estar satisfeitas em realizar o trabalho mutirante.

O segundo questionário foi elaborado para dar continuidade ao primeiro, observar evolução da postura das pessoas diante do processo, e abordar outras questões que se fez necessário devido à percepção de atritos e insatisfações principalmente no que se refere ao local do empreendimento e postura da assessoria técnica. O segundo questionário foi aplicado no dia 16 de dezembro de 2007 utilizando o método Grupo Focal, sugerido por uma integrante da assessoria técnica responsável pela parte social do projeto. Grupo focal é uma técnica de pesquisa qualitativa cuja proposta é o desenvolvimento de entrevistas grupais, que no caso, serviu para obter informações das pessoas assim como promover um debate, troca de informações e opiniões entre os participantes. O método de grupo focal exige que haja alguma homogeneidade do grupo a ser entrevistado, portanto optou-se por um grupo de mulheres e outro de homens, dois grupos no total. Sendo assim, sobre o resultado obtido da aplicação do questionário, o que merece destaque é:

- Durante a aplicação do questionário com as mulheres, percebeu-se que a maioria delas estavam dispersas ou não demonstraram interesse e mal escutaram o que era perguntado, algumas não manifestaram sua opinião mesmo quando indagadas, e outras só responderam quando a pergunta foi lhes dirigida especificamente, ao passo que outras respondiam de forma espontânea. Uma mulher em específico demonstrou maior interesse nas questões abordadas. O grupo das mulheres estava

bem mais numeroso que o dos homens, o que pode ser uma razão para diferença de comportamento entre os grupos.

- No grupo dos homens as pessoas estavam mais concentradas e a entrevista ocorreu mais tranqüila, embora dois dos integrantes do grupo opinaram mais, enquanto que os outros, na maioria das vezes, apenas concordavam.
- A principal dificuldade apontada pelos entrevistados foi a falta de interesse de algumas famílias que vão ao mutirão que não colaboram para a realização das atividades propostas para aquele dia.
- O fato de a obra estar em estágio mais adiantado anima algumas pessoas, mas a lentidão do andamento da obra desanima outras.
- As pessoas têm muitas dúvidas sobre o que acontece na obra, referentes a atrasos do prazo, lentidão e acontecimentos como, por exemplo, a demissão de um funcionário da obra que gerou dúvidas e especulações sobre as decisões da assessoria técnica.
- Há desentendimentos entre famílias.
- O rendimento do trabalho do mutirão não está satisfatório
- O Conjunto União (vizinho) foi destacado como um ponto negativo na localização das novas moradias.
- Há expectativas positivas em relação ao pós-morar visto que as pessoas já estão se conhecendo.
- Quanto à avaliação da assessoria técnica, de maneira geral, foi positiva. Houve queixa de que a assessoria não respeita a opinião dos mutuários, mas houve discordância nesse ponto.
- Preocupação com a Caixa Econômica Federal devido à falta de recursos.
- Foi possível perceber que algumas pessoas estão mais bem informadas que outras, logo estão mais aptas a expor suas opiniões. Uma das vantagens de se aplicar questionário utilizando o método grupo focal foi que a exposição de alguns dos entrevistados teve o papel de divulgar informações para as pessoas que detinham menos conhecimento sobre alguns assuntos do projeto que foram abordados na entrevista. Outro ponto que deve ser destacado é que um dos objetivos desse método é promover o debate e troca de opinião e como foram poucas as pessoas que se manifestavam espontaneamente, esse quesito ficou a desejar, tendo pouco diálogo entre os entrevistados.

5. Conclusão

Pela experiência autogestionária do Projeto Residencial Serra Verde percebe-se que o *aprendizado social* se dá de maneira complexa, em que vários fatores influenciam nesse processo. Como a própria teoria expõe, é preciso quebrar preconceitos e valores que as pessoas incorporaram ao longo de suas vidas, num processo de reeducação.

Políticas públicas, como a política habitacional de Belo Horizonte, que atendem exclusivamente a população de baixa renda acabam por selecionar na maioria dos casos um público de baixa instrução, sendo um desafio para o Programa de Autogestão, pois é mais difícil a compreensão das pessoas sobre a situação em que estão inseridos.

O grupo de famílias do RSV se caracterizou como um grupo de pessoas que têm um trabalho formal durante a semana, o que age como um fator não agregador, uma vez que muitas pessoas não se empenham no trabalho de mutirão, assim como não participam de forma ativa nas discussões colocadas em torno da autogestão por se dizerem cansadas, um problema do sobretrabalho¹¹, o que não deixa de ser verdade.

O formato do financiamento também é um complicador para o funcionamento de um modelo autogestionário no RSV. Como já explicado, devido ao congelamento do fundo disponível para o projeto, o aquecimento do mercado de construção civil e a forma de liberação dos recursos, resulta num empenho muito grande por parte da assessoria técnica em priorizar o trabalho de mutirão em detrimento de aperfeiçoar a prática autogestionária.

Por outro lado, existem pessoas mais engajadas, uma minoria, que se dedicam no trabalho de mutirão, assim como participam de reuniões de forma ativa criando relações mais próximas com membros da assessoria técnica, e já enxergaram nesse processo a possibilidade do aprendizado técnico via trabalho de mutirão e de atuar ativamente na construção de sua futura moradia, contribuindo com propostas e opiniões durante a execução da obra no sentido de favorecer todo o grupo. O fato de haver uma predominância de pessoas jovens no grupo também é um fator que favorece a prática do *aprendizado social*, uma vez que estes, por estarem num processo de formação humana tendem a serem menos resistentes a novas práticas.

Aos poucos a idéia do coletivo e da autogestão vai se formando na cabeça de mais pessoas. Isso se torna perceptível pelo maior empenho quando comparado ao início da obra. Mais pessoas estão participando de forma ativa nas reuniões nos dias de semana e nas ‘assembléias’ em dias de prestação de conta, assim como no trabalho no canteiro de obra.

Embora haja complicadores, o Programa de Autogestão, em específico o Projeto Residencial Serra Verde, pode ser caracterizado como uma prática do *aprendizado social*. À medida que mais pessoas começam a perceber a situação que os envolve e como sua atuação individual pode ser importante para o bem coletivo, o diálogo entre técnica e saber popular se aprimora e ganha maior dimensão, e assim, o processo autogestionário tende a se consolidar.

¹¹ Muitas pessoas se queixam e às vezes se indignam por terem que trabalhar no mutirão nos finais de semana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABIKO, Alex; COELHO, Leandro. Procedimentos de gestão de mutirão habitacional para população de baixa renda. IN: CARDOSO, Adauto (Coord.). Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre: Habitare, 2007.

BARROS, Ricardo; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Pelo Fim das Décadas Perdidas: Educação e Desenvolvimento Sustentado no Brasil. Texto para discussão nº 857. Rio de Janeiro: IPEA, 2002.

CARVALHO, José Alberto; SAWYER, Diana; RODRIGUES, Roberto. Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1994.

FRIEDMANN, John. Planning in the public domain: from knowledge to action. Princeton: Princeton Press, 1987.

LOPES, João; RIZEK, Cibele. O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica. IN: CARDOSO, Adauto (Coord.). Habitação Social nas Metrôpoles Brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre: Habitare, 2007.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, Secretaria Nacional de Habitação. Em: <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao> (em 01/04/2008).

MISOCZKY, Maria; *et. al.* Reflexões sobre a autogestão a partir da experiência da Cidade das Cidades. Organização e Sociedade. Salvador. 2004

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, Secretaria adjunta de habitação. Em: <http://portal2.pbh.gov.br/pbh/index.html?idNv1=9&idConteudoNv1=&emConstrucaoNv1=N> (em 02/04/2008).

ROSEFIELD, Cínara L. A autogestão e a nova questão social: repensando a relação indivíduo-sociedade. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Centro de Estudos Sócios, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra. Coimbra, Portugal 2004.

SOUSA, Julio Carepa de; Habitação em economia solidária uma discussão sobre sustentabilidade em autogestão. Monografia. Universidade Federal de Minas Gerais. 2006 48 f.